

EDITORIAL**A COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Dr. Antônio Gomes da Costa

Nem o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em seu discurso de posse, – quando tratou de vários temas da política externa –, nem o ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, fizeram até agora, de público, qualquer alusão à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O silêncio não significa que o atual governo tenha colocado no limbo ou em banho-maria um projeto baseado na valorização de interesses comuns à lusofonia e que apesar de já contar com a adesão de 8 países – 5 na África, Portugal na Europa, Timor Leste na Ásia e o Brasil – ainda não conseguiu nem força, nem dinâmica compatíveis com os seus objetivos e as suas potencialidades.

Existem várias causas para justificar a inércia e a infertilidade da CPLP, desde as “desconfianças” de alguns Estados-membros, como Angola e Moçambique, onde os dirigentes procuram nela estrias de neocolonialismo para consumo interno, até à falta de “vontade política” que foi visível durante os governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, não obstante a sua retórica favorável à iniciativa do antecessor. Isto para já não falarmos das limitações orçamentarias, que deixaram praticamente a CPLP sem condições para atuar com eficácia, ou do desempenho melancólico dos dois primeiros secretários-executivos, um nomeado por Angola, o Sr. Marcolino Mocco, e outro, pelo Brasil, a Arq. Dulce Pereira, que nunca tiveram um “vôo de asa” ou um pouco de inspiração para tirar o organismo da paralisia que o atingiu desde sempre.

Dois fatos novos no âmbito da CPLP coincidem com o início do governo do Presidente Lula. O primeiro, foi a decisão tomada em Brasília na última reunião dos Chefes de Estado e de governo, no sentido de se desenvolver a vertente econômica e atrair os empresários e os investidores dos países-membros

para as oportunidades de negócios que aparecem no território da Comunidade. Embora subjacente desde que foi criada a idéia de potencializar os aspectos comerciais e financeiros, a verdade é que tanto a retórica como as ações da CPLP estiveram voltadas com a prioridade para o idioma e um fundo cultural comum (acordo ortográfico e construção em Cabo Verde do Instituto de Língua Portuguesa); para as experiências na área social e científica (casas populares e combate à AIDS), etc. mais do que para os temas econômicos e estratégias de desenvolvimento: formação de empresas conjuntas, união aduaneira, investimentos, parcerias para cooperação, preferências comerciais e assim por diante. A criação de um Conselho Empresarial dentro da estrutura da organização e o propósito de pôr em contato direto os agentes e as corporações econômicas de oito países, é uma iniciativa que pode dar um sentido mais pragmático e útil à CPLP, à medida que se liberta da tutela do Estado e da burocracia das chancelarias.

O segundo fato novo que bate com o começo do governo Lula é a nomeação de um secretário-executivo que tem todas as qualidades para imprimir à CPLP um ritmo de trabalho, de eficiência e de criatividade como nunca teve. O embaixador João Médicis, tanto por sua experiência diplomática como por ser alguém com luz própria e com vontade de fazer, pode marcar o advento de um ciclo diferente daquele que a organização percorreu até agora. Claro que para isso precisa, acima de tudo, do sinal verde e do apoio de seu governo.

A CPLP vai ser aquilo que o Brasil quiser fazer dela. Não é um capricho que devemos deixar para trás; é uma visão de futuro que nos deve comprometer.